

# Sumário

<b>Prefácio</b> .....	1
<b>Introdução</b> .....	7
<b>1. O Conceito de Corrupção</b> .....	11
1.1. Referencial aristotélico.....	11
1.2. Perspectiva histórica .....	13
1.3. Critério para se definir corrupção.....	17
1.3.1. Definição legal .....	18
1.3.2. Definições doutrinárias .....	21
1.3.3. Definições de organismos internacionais.....	24
<b>2. A Globalização da Corrupção e o seu Impacto sobre o Desenvolvimento</b> .....	27
2.1. A globalização da corrupção.....	27
2.1.1. Guerra Fria, década de 50: a corrupção enquanto um problema de países subdesenvolvidos .....	28
2.1.2. O caso da companhia <i>Lockheed Aircraft Corporation</i> e sua repercussão mundial na década de 70 .....	30
2.1.3. O <i>Foreign Corrupt Practices Act – FCPA</i> , de 1977: a primeira lei anticorrupção transnacional .....	33
2.1.4. Uma via de mão dupla: o vínculo da corrupção com a delinquência organizada transnacional .....	37
2.1.5. Um novo paradigma surge na década de 90: a corrupção é reconhecida como um fenômeno global que afeta o desenvolvimento .....	42
2.2. O impacto da corrupção sobre o desenvolvimento .....	43
2.2.1. As noções de crescimento, desenvolvimento e direito ao desenvolvimento.....	44
2.2.2. A mensuração da corrupção em escala internacional.....	47
2.2.3. Os reflexos negativos da corrupção sobre o desenvolvimento dos países.....	51

2.2.4. Corrupção <i>versus</i> democracia, direitos humanos e direito ao desenvolvimento.....	60
2.2.5. A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável Rio +20 .....	64
2.2.6. O ranking mundial da corrupção no ano de 2014.....	64
<b>3. O Movimento Internacional Anticorrupção.....</b>	<b>67</b>
3.1. Os esforços internacionais anticorrupção: a busca por soluções transnacionais e a conformação de uma política global de combate a partir dos anos 90.....	67
3.1.1. A retomada das negociações com a OCDE após a emenda do FCPA: rumo à Convenção sobre o combate da corrupção de funcionários públicos estrangeiros em transações comerciais internacionais de 1997 .....	67
3.1.2. As novas diretrizes transnacionais anticorrupção do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional .....	70
3.1.3. A importância da organização não governamental Transparência Internacional no combate à corrupção transnacional ....	73
3.1.4. As iniciativas transnacionais anticorrupção da Organização dos Estados Americanos – OEA: o plano de ação com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e a Convenção Interamericana contra a Corrupção de 1996 .....	77
3.1.5. O amplo programa transnacional da Organização das Nações Unidas – ONU no enfrentamento à corrupção: o marco global da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção de 2003 e a Convenção contra o Crime Organizado Transnacional de 2000.....	80
3.1.6. O Acordo sobre Compras Governamentais da Organização Mundial do Comércio – OMC como mecanismo transnacional de prevenção à corrupção .....	85
3.1.6.1. Corrupção e desvios de recursos em compras públicas nacionais .....	87
3.1.6.2. Adesão ao Acordo da OMC para a prevenção da corrupção em sua origem .....	93
3.1.7. Outros esforços internacionais: Europa, África, Ásia e Pacífico ...	97
3.2. Os reflexos na política interna brasileira anticorrupção.....	99

<b>4. O Regime Transnacional de Combate à Corrupção e a Sua Vigência no Brasil</b> .....	103
4.1. As Convenções em matéria de corrupção ratificadas pelo Brasil: uma visão geral.....	103
4.1.1. Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais da OCDE.....	104
4.1.2. Convenção Interamericana contra a Corrupção da OEA .....	105
4.1.3. Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional .....	107
4.1.4. Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção .....	108
4.2. O porquê de medidas transnacionais preventivas e repressivas para se combater a corrupção.....	110
4.3. A força normativa das Convenções e a internacionalização do direito em matéria de corrupção .....	114
<b>5. As Medidas Transnacionais Repressivas Anticorrupção e a Análise da Adequação do Direito Interno Estatal Brasileiro</b> .....	119
5.1. Criminalização abrangente e harmônica dos atos de corrupção.....	119
5.1.1. Formas clássicas e correlatas de corrupção .....	120
5.1.1.1. Corrupção ativa e passiva de funcionários públicos nacionais .....	120
5.1.1.2. Peculato, malversação, apropriação indébita ou outras formas de desvio de bens pelo funcionário público .....	122
5.1.1.3. Tráfico de influência .....	123
5.1.1.4. Abuso de funções ou prevaricação .....	124
5.1.1.5. Recepção e favorecimento real.....	124
5.1.1.6. Obstrução da justiça e violação do sigilo da investigação .....	125
5.1.1.7. Definição de funcionário público .....	127
5.1.2. Formas genuinamente transnacionais de corrupção .....	128
5.1.2.1. Corrupção ativa e tráfico de influência nas transações comerciais internacionais; e o conceito de funcionário público estrangeiro.....	128
5.1.3. Formas de corrupção pendentes de criminalização no Brasil .....	132
5.1.3.1. Enriquecimento ilícito de funcionários públicos.....	132
5.1.3.2. Corrupção privada, suborno no setor privado e peculato ou malversação de bens no setor privado.....	136

5.1.3.3. “Caixa dois eleitoral”, “lavagem eleitoral” e a extensão aos doadores e partidos políticos .....	141
5.1.4. Lavagem de dinheiro e corrupção .....	150
5.1.5. Organização criminosa transnacional e nacional .....	161
5.1.6. Extensão dos tipos penais, admissão da prova indiciária e ampliação dos prazos de prescrição .....	164
5.2. Responsabilização da pessoa jurídica por atos de corrupção e programas de <i>compliance</i> anticorrupção .....	169
5.2.1. Responsabilidade da pessoa jurídica por atos de corrupção e a nova Lei Anticorrupção nº 12.846/2013 .....	169
5.2.2. Programas de <i>compliance</i> anticorrupção .....	177
5.3. Máxima eficácia da investigação criminal dos delitos de corrupção .....	183
5.3.1. Independência e especialização das autoridades encarregadas da persecução penal da corrupção .....	184
5.3.2. Prerrogativas de função e imunidades não podem constituir empecilho à investigação, ao indiciamento, à denúncia e aos efeitos da sentença condenatória .....	192
5.3.3. Cooperação nacional de órgãos públicos e de entidades privadas com a polícia judiciária .....	198
5.3.4. Técnicas especiais de investigação e afastamento de sigilos bancário e fiscal .....	203
5.3.5. Proteção a testemunhas e aos “denunciantes” e colaboração premiada no curso da investigação .....	211
5.3.6. Medidas cautelares contra pessoas físicas e jurídicas durante a investigação .....	216
5.3.7. Medidas cautelares patrimoniais na fase de investigação .....	219
5.4. Cooperação internacional na persecução dos delitos de corrupção....	224
5.5. Recuperação de ativos por meio da cooperação jurídica internacional .....	236
<b>Referências .....</b>	<b>241</b>
<b>Apêndice - Quadros Comparados das Medidas Transnacionais Anticorrupção Previstas nas Convenções da ONU, da OEA, da OCDE e de Palermo .....</b>	<b>263</b>